



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12956/2019

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de São Carlos – SP, à Rua Episcopal, n.º 1.575, Centro, inscrito no CNPJ sob n.º 45.358.249/0001-01, torna público para conhecimento dos interessados, que na Sala da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São Carlos, situada no endereço supracitado, nesta cidade, encontra-se aberto procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do **TIPO MENOR PREÇO**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, regido pela Lei Federal 8.666/93, devidamente atualizada. **Os envelopes referentes a esta Tomada de Preços serão recebidos e protocolados até às 09h00min do dia 16 de julho de 2020, quando serão abertos de conformidade com as seguintes cláusulas e instruções:**

1. DO OBJETO

01.01. O objeto desta Tomada de Preços é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para elaboração de projeto para requalificação do Plano Municipal de Arborização Urbana**, no município de São Carlos, nos termos dos Anexos VII a XII do presente edital.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

02.01. Os recursos financeiros serão atendidos por verbas constantes do orçamento de 2020 codificados sob n.º:

11.09.18.542.2004.2.038.4.4.90.51.01.1000000 – ficha 236 – Tesouro Municipal

3. DA LEGISLAÇÃO

03.01. Este edital é regulamentado pela Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada por legislações posteriores.

4. DOS ENVELOPES

04.01. Os envelopes contendo os documentos referentes à Habilitação e Proposta, deverão estar fechados de modo inviolável, e deverão referir-se:

NOME E ENDEREÇO DO LICITANTE e CNPJ À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PROCESSO N.º 12956/2019 - TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2020 SÃO CARLOS – SP – CEP 13560-570 RUA EPISCOPAL, 1575 - CENTRO	
ENVELOPE N.º 01 – HABILITAÇÃO	ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA
ENCERRAMENTO: 09h00min do dia 16/07/2020	

5. DA HABILITAÇÃO (Envelope N.º 01)

05.01. Para participar da Licitação **todos os interessados** deverão apresentar a seguinte documentação:

05.01.01. Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura Municipal de São Carlos.

05.01.01.01. Os interessados em obter o Certificado de Registro Cadastral deverão comparecer à Prefeitura Municipal de São Carlos, na sala da Comissão Permanente de Licitações, munidos dos documentos necessários até o 3º (terceiro) dia anterior à data de abertura dos envelopes. A relação da documentação a ser apresentada poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitações, no endereço supracitado e pelo [site www.saocarlos.sp.gov.br](http://www.saocarlos.sp.gov.br).

05.01.01.02. Não serão aceitos os Certificados de Registro Cadastral vencidos, ou ainda os expedidos por outros órgãos públicos.

05.01.02. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

05.01.03. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

05.01.04. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

05.01.04.01. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

05.01.04.01.01. A certidão acima abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU, conforme portaria conjunta RFB / PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014.

05.01.04.02. Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio da licitante participante, inscritos em dívida ativa, obtida em SP no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br, **ou equivalente, de acordo com a legislação fiscal de cada Estado.**

05.01.04.03. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pelo Município sede da empresa.

05.01.05. Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

05.01.06. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **conforme súmula 24 do TCE-SP**, que comprovem o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

05.01.07. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome de profissional pertencente ao quadro da empresa, para fins de comprovação de capacidade técnico-profissional, devidamente acervado no conselho competente, **conforme súmula 23 do TCE-SP**, que comprovem o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

05.01.07.01. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa vencedora da licitação poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

05.01.08. Declaração da empresa conforme modelo do Anexo II, constando as seguintes informações:

05.01.08.01. Que todas as informações documentais e técnicas oferecidas são verdadeiras;

05.01.08.02. Que recebeu todas as informações necessárias para participar do certame e concorda com os termos do Edital;

05.01.08.03 Que não está impedida de licitar com o Poder Público por ter sido apenada com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontram pendentes ou sem que tenha sido reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;

05.01.08.04. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

05.01.09. Termo de compromisso quanto à realização do serviço, conforme modelo constante no Anexo III.

05.01.10. Declaração firmada por representante da empresa, que possui pleno conhecimento do objeto deste Edital, ficando franqueada a execução de visita técnica, caso julgue necessária.

05.01.10.01. **A visita técnica é facultativa e poderá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, pelo fone (16) 3413-3057 / 3054 / 2979, pelo representante da empresa credenciado.**

05.01.10.02. **Se declarada sua realização, o não atendimento à exigência de visto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, na forma do descrito nos anexos IV e V, inabilita o licitante.**

05.01.11. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

05.01.12. Registro ou inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho competente.

05.01.13. Comprovação de que a empresa licitante possui patrimônio líquido superior ou equivalente a R\$ 34.049,33 (Trinta e quatro mil quarenta e nove reais e trinta e três centavos) conforme dados de seu Balanço Patrimonial.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

05.01.14. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, com data **não superior a 60 (sessenta)** dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

05.01.14.01. Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial ou ainda o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital

05.01.15. Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, conforme item 5.1.15.2., vedados sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta; Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço Patrimonial, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos, devidamente assinadas pelo contador responsável e por seus sócios, bem como os **documentos citados no item 5.1.15.2.** registrados na Junta Comercial do Estado **ou no Cartório competente, no caso de empresas não sediadas na capital do Estado.** As empresas que realizam escrituração digital via SPED contábil devem apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível contendo todos os documentos citados no item 5.1.15.2., bem como o recibo de entrega digital.

5.1.15.1. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, desobrigadas de manter escrituração contábil, bem como aquelas constituídas há menos de 12 meses deverão apresentar balanço simplificado ou balanço de abertura do último exercício social ou do período de sua constituição, devidamente assinado pelo proprietário e por contador competente, sem a formalidade de publicação ou registro, na forma da Resolução nº 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. O mesmo critério se aplica as microempresas, empresas de pequeno porte e outras que se enquadrem no artigo 3º do decreto nº 8.538 de 06/10/2015.

5.1.15.2. O Balanço patrimonial solicitado deve conter, no mínimo, Termo de abertura e encerramento, as contas do ativo e do passivo do último exercício fiscal e do anterior, indicação do Patrimônio Líquido, o resultado do exercício (DRE) e eventuais notas explicativas.

5.1.15.3. A única exceção permitida ao item 5.1.15.1. diz respeito ao previsto no artigo 3º do decreto nº 8.538 de 06/10/2015, para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais. Nesta condição, não será exigida a apresentação de balanço patrimonial por estas empresas.

05.01.16. Declaração firmada por representante da empresa, conforme modelo contido no Anexo VI deste edital, em caso de enquadramento da empresa licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

05.01.16.01. Como condição de enquadramento, deverá ser observada a Receita Bruta Anual do exercício anterior, comprovada pelo Balanço Patrimonial.

05.01.17. Os anexos do TCE, em atendimento às Instruções nº 02/16 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme modelos contidos no Anexo IX deste edital deverão ser apresentados apenas pelo licitante vencedor, por ocasião da assinatura do Contrato.

05.01.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

05.02. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora, o contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

05.02.01. Se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

05.02.01.01. O prazo assegurado no subitem 05.02.01 terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

05.02.01.02. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 05.02.02 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

05.03. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado e de preferência, grampeados em ordem sequencial e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

05.03.01. Caso o(s) licitante(s) opte(m) por autenticar o(s) documento(s) na Administração, deverá(ão) dirigir-se ao Departamento de Procedimentos Licitatórios - Seção de Licitações de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 8h às 13h, em horário não concomitante com a realização da sessão pública. A autenticação somente será realizada mediante cotejo da cópia apresentada com o documento original, desde que este esteja perfeitamente legível.

05.04. As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.

05.05. As empresas licitantes poderão designar representantes, na data da abertura dos envelopes, credenciados a praticar todo e qualquer ato referente à licitação e interposição de recursos contra o julgamento de habilitação e proposta, e no caso de se fazer representar por sócio da empresa, este deverá estar devidamente documentado.

6. DAS PROPOSTAS (ENVELOPE N.º 02)

06.01. As propostas, rubricadas e assinadas, deverão ser apresentadas em envelopes fechados, em uma via, datilografadas ou impressas, sem emendas ou rasuras principalmente no que tange a valores e números suscetíveis de gerar dúvidas quanto a sua autenticidade, e deverão constar:

a) Preço unitário e total dos serviços, com registro numérico e por extenso, observando os preços máximos unitários e global fixados pela Planilha de Orçamento Básico contida no Anexo VIII.

b) As Licitantes deverão apresentar, se aplicável, as Composições de Preços Unitários de todos os itens constantes na proposta.

c) Prazo total em que o proponente prestará o serviço: 150 (Cento e cinquenta) dias, contados da data definida na ordem de início dos serviços, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais;

d) Prazo de início dos trabalhos: os trabalhos serão iniciados na data definida na ordem de início dos serviços, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação;

e) Validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data final de entrega dos envelopes;

f) A empresa licitante deverá indicar ainda o nome do banco, o número da agência e da conta corrente em seu nome, onde será efetuado o pagamento.

06.02. Nos preços unitários propostos deverão estar incluídos os valores dos materiais; do fornecimento de mão de obra; dos veículos e equipamentos; dos encargos sociais e fiscais; das ferramentas, aparelhos, instrumentos e equipamentos; da segurança e vigilância; dos ônus diretos e indiretos; da administração; do lucro e de quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços, ressalvados os casos em que estiver explícito no memorial o fornecimento de material ou execução do serviço a cargo do CONTRATANTE.

06.03. Desconsiderar-se-á proposta via fax, e-mail ou entregue fora das condições estabelecidas.

06.04. Os preços unitários e totais deverão ser arredondados com, no máximo, duas casas decimais, e não poderão ultrapassar o(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) na Planilha de Orçamento Básico contida no Anexo IX.

06.05. Os preços propostos serão fixos e irredutíveis.

6.6. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

6.6.1. Cujo preço unitário ou global seja maior que o estimado para esta licitação.

6.6.2. Que não atenderem às exigências do Edital e/ou da legislação aplicável.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

6.6.3. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.6.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital.

6.6.5. Que basearem seus preços nos dos outros concorrentes ou oferecem reduções sobre as propostas mais vantajosas.

7. DO VALOR MÁXIMO FIXADO PARA A CONTRATAÇÃO.

07.01. O valor máximo fixado para a contratação é de **R\$ 340.493,33 (Trezentos e quarenta mil quatrocentos e noventa e três mil e trinta e três centavos)**.

8. DO PROCEDIMENTO

08.01. No local indicado no preâmbulo a Comissão Permanente de Licitações, procederá ao exame das condições exigidas no Título V (Da Habilitação).

08.02. Após analisar os documentos das empresas licitantes, todas as páginas serão rubricadas pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes ao ato.

08.03. Na hipótese de ser designado outro dia para abertura dos envelopes contendo as propostas, serão eles rubricados pelos presentes, no seu fecho, de modo a garantir-lhes a inviolabilidade.

08.04. Será elaborada ata circunstanciada que será assinada pelos presentes à sessão.

08.05. Serão disponibilizados ou devolvidos pelo correio aos licitantes inabilitados, os envelopes fechados que contenham suas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

9. DA CLASSIFICAÇÃO E DO JULGAMENTO

09.01. A Comissão Permanente de Licitações procederá ao exame e classificação das propostas após a emissão do parecer técnico da unidade interessada, se necessário, registrando sua decisão em ata, indicando a de **MENOR PREÇO** oferecido pela(s) licitante(s).

09.02. Não será levada em conta, para efeito de julgamento, qualquer oferta ou vantagem não prevista neste edital.

09.03. Qualquer elemento apresentado na proposta que indique vantagem à licitante desclassificará a proposta.

09.04. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, as quais deverão apresentar nova proposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

09.04.01. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

09.04.02. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.

09.04.03. Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no subitem 09.04.02, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no subitem 09.04.01, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

09.04.04. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 09.04.01, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

09.04.05. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 09.04, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

09.04.06. O disposto no subitem 09.04 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

09.05. Em caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, proceder-se-á sorteio em sessão pública a ser previamente designada, de acordo com § 2º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, atualizada por legislações posteriores.

10. DA GARANTIA NA CONTRATAÇÃO

10.01. Ficará o adjudicatário do objeto da licitação obrigado a apresentar antes da assinatura do contrato, garantia no valor de 3% (três por cento) sobre o valor contratado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, sob pena de



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

aplicação de multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contidas no item XIV deste edital, salvo justificativa aceita pela Administração.

10.01.01. A garantia não poderá ter validade inferior à execução contratual.

10.01.02.. A garantia poderá ser feita em **moeda corrente nacional, Seguro Garantia ou Carta de Fiança Bancária**, pelo seu valor nominal, não onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade ou incomunicabilidade.

10.01.03. Quando a garantia da proposta for feita em documento bancário ou similar e este não for honrado pelo banco, a empresa licitante ficará suspensa de participar de licitações e impedida de contratar com o Município de São Carlos pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais sanções cíveis.

10.02. A devolução da garantia ao CONTRATADO, quanto cabível, dar-se-á após o integral cumprimento do contrato e a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, relativa à execução dos serviços objeto da presente licitação.

10.03. Quando a opção do licitante for por realizar a garantia em espécie, este deve efetuar depósito em conta bancária da Administração, conforme abaixo indicada, apresentando o comprovante do depósito na Seção de Licitações do Departamento de Procedimentos Licitatórios, no mesmo endereço e local de realização da sessão pública informado no Edital. O licitante será direcionado à Tesouraria da Administração, para obtenção da guia de recolhimento, que deve ter uma via devolvida à Seção de Licitações, para inserção no processo a ser remetido para contratação ou elaboração de Ata de Registro de Preços..

CONTA CAUÇÃO: BANCO DO BRASIL

CNPJ: 45.358.249/0001-01

AGÊNCIA 0295-X

CONTA CORRENTE 25.328-6

11. DO CONTRATO

11.01. A licitante declarada vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação, para assinatura do contrato, após o que, não comparecendo será considerada desclassificada e punida com multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta, sendo convocadas a seguir as demais, na mesma ordem de classificação.

11.01.01. A CONTRATADA deverá comparecer após convocação para assinatura, no mesmo prazo, de eventuais aditamentos contratuais, e ocorrendo atraso na assinatura destes, será punida com multa equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contidas no item XIV deste edital, salvo justificativa aceita pela Administração.

11.02. Este edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante do contrato.

12. DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.01. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente Contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78, incisos I a XII, e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 devidamente atualizada.

12.02. Nas hipóteses em que a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a CONTRATADA ser ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, conforme o artigo 79, § 2º da mesma lei.

13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.01. O recebimento do objeto da licitação pela licitante se dará:

a) Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.

b) Definitivamente: Pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que fica fixado em 30 (trinta) dias do recebimento provisório, ou da vistoria que comprove estar o objeto do contrato em conformidade com os termos contratuais.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

13.02. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela execução do contrato.

13.03. O CONTRATANTE poderá receber desde que lhe convenha e também resguardados os seus interesses, serviços executados em desacordo com o contrato, porém com abatimento de preço que couber.

14. DAS PENALIDADES

14.01. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do CONTRATANTE, das seguintes sanções, independentemente do cancelamento da nota de empenho e da rescisão contratual:

a) Advertência;

b) Multas, na forma do subitem **14.02**;

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação do CONTRATANTE e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

14.02. A contratada estará sujeita às seguintes multas:

14.02.01. Por dia de atraso no andamento dos serviços, em relação ao cronograma: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

14.02.02. Por abandono dos serviços por período superior a três dias úteis: multa no valor equivalente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, por ocorrência;

14.02.03. Por dia de atraso no depósito da garantia de que trata o subitem 10.01 deste edital: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

14.02.04. Por dia de atraso no comparecimento para assinatura de eventual termo aditivo: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

14.02.05. Pelo descumprimento de outras obrigações legais e contratuais, regularmente apuradas: multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

14.03. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa.

14.04. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

14.05. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada, do valor devido à CONTRATADA, cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do CONTRATANTE.

14.06. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

14.07. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

14.08. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.01. Os pagamentos serão efetuados mediante medições mensais a serem executadas ao longo da execução dos serviços, devendo a empresa fornecer uma nota fiscal correspondente aos valores das medições mensais dos serviços já executados.

15.02. Os pagamentos decorrentes dos serviços executados serão efetuados em até 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal com as medições devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação.

15.03. Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número desta licitação e do contrato, obrigatoriamente.

15.04. A medição será executada juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

Inovação. O pagamento será realizado por liberação de parcelas (em percentuais) do preço total conforme ocorrer a entrega dos seguintes produtos:

10% por ocasião da apresentação do plano de trabalho pela empresa contratada;

10% por ocasião da caracterização do município (histórico e situação da estrutura administrativa e operacional encontrada);

35% por ocasião da apresentação do diagnóstico da arborização, incluindo mapas de distribuição das árvores apoiados em imagens de satélites;

30% por ocasião do prognóstico com as recomendações e técnicas a serem adotadas para implementação e manejo da arborização, incluindo preparo do sistema de gestão para sua informatização;

15% contra entrega dos programas complementares (educação ambiental, treinamento e capacitação do pessoal e revisão da legislação pertinente – minuta de lei).

16. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.01. Caberá impugnação à presente Tomada de Preços, nos termos do artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada por legislações posteriores.

16.02. Os recursos administrativos contra atos da Comissão Permanente de Licitações poderão ser interpostos nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

16.03. As impugnações e os recursos deverão ser protocolados perante a Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Episcopal, nº 1575, Centro, CEP. 13.560-905, no horário de expediente normal, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 8h00min às 12h00min e das 14h00 às 18h00.

16.04. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.05. Havendo recurso, a Comissão Permanente de Licitações apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade máxima competente, o Prefeito Municipal, a decisão em grau final.

16.06. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação na imprensa oficial.

16.07. Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

17.01. Poderão participar desta licitação quaisquer empresas interessadas, desde que não impedidas de licitar ou contratar com esta Administração Pública Municipal, por suspensão ou impedimento temporário, ou por estar declarada inidônea perante quaisquer esferas da Administração Pública, durante a eficácia da punição, ou ainda em processo de liquidação ou falência.

17.02. Não será admitida a participação de empresas em consórcio e cooperativas, conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho nos autos do Inquérito Civil nº 000004.200.1.15003/6-50.

17.03. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários: i) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física e jurídica; ii) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratados; e iii) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; nos termos do artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.04. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços decorrentes desta licitação, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

17.05. Não serão aceitas propostas que não contiverem oferta para a totalidade do objeto desta licitação.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.01. A licitante CONTRATADA deverá cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação vigente, pertencentes aos



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do Edital, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município, bem como, a retenção dos pagamentos devidos, caso esteja em situação de mora salarial, conforme Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado entre a CONTRATANTE e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do Inquérito nº 000647.2013.15.003/7-51.

18.02. Fica estabelecido que a simples apresentação da proposta pelo licitante implicará na aceitação incondicional de todos os itens do presente edital, não aceitando a Comissão Permanente de Licitações qualquer justificativa para o não cumprimento do mesmo.

18.03. A Prefeitura Municipal de São Carlos poderá rejeitar as propostas em caso de não preenchimento correto das condições e especificações constantes nesse edital.

18.04. Poderá o presente certame ser revogado, anulado ou realizada a contratação do objeto licitado no todo ou em parte, nas hipóteses previstas no art. 49 da Lei 8.666/93 alterações posteriores.

18.05. Na contagem de prazos, excluir-se-á o dia de início e computar-se-á o de vencimento salvo se neste dia não houver expediente, caso em que se prorrogará até o dia útil subsequente.

18.06. As dúvidas, informações, esclarecimentos e os questionamentos elaborados pelas empresas participantes do presente certame e os casos omissos serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitações, situada no endereço constante do preâmbulo deste Edital, com base nas disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

18.07. Integram o presente edital os seguintes anexos:

- a. ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO;
- b. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;
- c. ANEXO III – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO;
- d. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO OU VISITA TÉCNICA
- e. ANEXO V – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE PARA VISITA TÉCNICA;
- f. ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
- g. ANEXO VII – MEMORIAIS DESCRITIVOS
- h. ANEXO VIII – PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO e DE PROPOSTA
- i. ANEXO X – ANEXOS DO TCE (INSTRUÇÃO Nº 02/2016);
- j. ANEXO X – MINUTA DE ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS;

18.08. Fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, para dirimir litígios resultantes deste Edital.

18.09. O presente Edital poderá ser consultado na Sala de Licitações, localizada na Rua Episcopal, nº1575, Centro, São Carlos/SP, no horário de expediente normal, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 8h00min às 16h30min, obtido no site desta Administração <http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao/exibe-licitacoes.php?dados=Tomada%20de%20Preco@2020@saocarlos.sp.gov.br>

18.10. Para conhecimento do público, expede-se o presente edital.

São Carlos, 29 de junho de 2020.

Mario Luiz Duarte Antunes
Secretário Municipal de Fazenda



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° _____

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de São Carlos – SP, à Rua Episcopal, n.º1.575, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 45.358.249/0001-01, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Airton Garcia Ferreira, brasileiro, casado, portador do RG n.º _____ e CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, _____ – São Carlos/SP, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado a _____, estabelecida à _____, n.º _____, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob N.º _____, neste ato representada pelo Sr _____, _____, portador do RG - _____ e CPF - _____, residente nesta cidade de _____, à _____, _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente contrato, que será regido pela Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, pelo Edital da Tomada de Preços n.º 05/2020 e pelas cláusulas e condições abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.01. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para elaboração de projeto para requalificação do Plano Municipal de Arborização Urbana**, no município de São Carlos, nos termos dos Anexos da Tomada de Preços n.º 05/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

02.01. As condições para a execução do objeto do presente encontram-se descritas no edital da Tomada de Preços n.º 05/2020 e seus anexos, referente ao Processo Administrativo n.º 12956/2019, em consonância com a proposta da CONTRATADA, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

03.01. O valor do presente importa em R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

04.01. Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados em até 150 (Cento e cinquenta) dias da emissão da Ordem de Início de Serviços pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação e o presente contrato entra em vigor na data definida na ordem de início dos serviços, prorrogável nas hipóteses legais por intermédio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

05.01. Os recursos financeiros para atendimento das despesas oriundas do presente encontram-se especificadas na dotação orçamentária codificada sob o n.º

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

06.01. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do CONTRATANTE, das seguintes sanções, independentemente do cancelamento da nota de empenho e da rescisão contratual:

- a) Advertência;
- b) Multas, na forma da subcláusula **06.02**;
- c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação do CONTRATANTE e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

determinantes da punição.

06.02. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

06.02.01. Por dia de atraso na entrega dos serviços: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

06.02.02. Por abandono dos serviços por período superior a três dias úteis: multa no valor equivalente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, por ocorrência;

06.02.03. Por dia de atraso no depósito da garantia de que trata a cláusula 15 deste contrato, na hipótese de eventuais termos aditivos: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

06.02.04. Por dia de atraso no comparecimento para assinatura de eventual termo aditivo: multa no valor equivalente a 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato;

06.02.05. Pelo descumprimento de outras obrigações legais e contratuais, regularmente apuradas: multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

06.03. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa.

06.04. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

06.05. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada, do valor devido à CONTRATADA, cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do CONTRATANTE.

06.06. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

06.07. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

06.08. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a CONTRATADA terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO

07.01. Este contrato é regulamentado pela Lei Federal nº 8.666/93, atualizada por legislações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

08.01. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

09.01. O recebimento do objeto da contratação se dará:

a) Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.

b) Definitivamente: Pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que fica fixado em 30 (trinta) dias do recebimento provisório, ou da vistoria que comprove estar o objeto do contrato em conformidade com os termos contratuais.

09.02. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela execução do contrato.

09.03. O CONTRATANTE poderá receber desde que lhe convenha e também resguardados os seus interesses, serviços executados em desacordo com o contrato, porém com abatimento de preço que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.01. Os pagamentos serão efetuados mediante medições mensais a serem executadas ao longo da execução dos serviços, devendo a empresa fornecer uma nota fiscal correspondente aos valores das medições.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

10.01.01. Para liberação do pagamento das notas fiscais, a contratada deverá anexar cópias autenticadas da folha de pagamento e das guias de recolhimento dos encargos sociais, que deverão ser emitidos especificamente para a execução dos serviços objeto da presente contratação.

10.02. Os pagamentos decorrentes dos serviços executados serão efetuados em até 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal com as medições devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação.

10.03. A medição será executada juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação.

10.04. Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número da licitação e deste contrato, obrigatoriamente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.01. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente Contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78, incisos I a XII, e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 devidamente atualizada.

11.02. Nas hipóteses em que a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a CONTRATADA ser ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, conforme o artigo 79, § 2º da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.01. Constituem direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

12.01.01. Responder pelos serviços que fornecer, na forma da Lei.

12.01.02. Atender às ordens de serviço no prazo proposto, de acordo com as normas de serviço e disposições legais aplicáveis.

12.01.03. Prestar, sem ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas.

12.01.04. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.01.05. Empregar na execução dos serviços equipamentos que obedeçam as especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e do projeto e que sejam aprovados pelo CONTRATANTE antes de sua utilização.

12.01.05.01. Na ocorrência devidamente comprovada da impossibilidade de se adquirir e empregar um material especificado deverá ser solicitado a sua substituição, a juízo do CONTRATANTE que analisará sua qualidade, resistência, aspecto e preço.

12.01.06 Realizar qualquer correção exigida pelo CONTRATANTE dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da exigência, correndo por sua exclusiva conta as despesas decorrentes e re-execução dos trabalhos, sem que isto implique em um aumento de prazo de execução.

12.01.07 Retirar e substituir qualquer material impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação.

12.01.08 Responsabilizar-se pela mão de obra a ser empregada na execução dos trabalhos.

12.01.09 Manter pelo menos 01 (um) engenheiro, dando assistência diária ao seu pessoal durante a execução do serviço.

12.01.09.01. O engenheiro responsável pela execução, deverá ter autoridade para atuar em nome da CONTRATADA e receber as instruções e decisões do CONTRATANTE.

12.01.09.02. A eventual substituição do engenheiro responsável deverá ser comunicada com devida antecedência o CONTRATANTE e depende de concordância daquela.

12.01.10. Fornecer a qualquer momento, a pedido do CONTRATANTE, todas as informações relativas à execução dos trabalhos, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

12.01.11. Fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado e, contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de empregados e engenheiros que possam assegurar o progresso satisfatório dos trabalhos.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

- 12.01.12.** Responsabilizar-se pelas instalações provisórias, inclusive o estabelecimento e manutenção dos meios de transporte horizontais e verticais para atender às necessidades dos serviços, bem como as de outros contratados, na forma contratual.
- 12.01.13.** Fornecer, em tempo hábil, os materiais, em decorrência do que não poderá a mesma solicitar prorrogações de prazo e nem justificar retardamento na conclusão dos trabalhos pelo fornecimento deficiente de materiais.
- 12.01.14.** Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais e ambientais que venham a ocorrer em virtude dos serviços realizados, bem como assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à licitante ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o poder público CONTRATANTE de qualquer responsabilização.
- 12.01.15.** Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes de acidente do trabalho ocorridos na execução dos serviços contratados; do uso indevido de patentes registradas; as resultantes de caso fortuito e por qualquer causa; pela destruição ou danificação do serviço em execução, até a definitiva aceitação do mesmo pelo CONTRATANTE; pelas indenizações que possam vir a serem devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública; pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais decorrentes da execução dos serviços; pelo seguro de acidentes de seus empregados, e ainda pela quitação das exigências municipais, estaduais ou federais.
- 12.01.16.** Responsabilizar-se por qualquer pertence de sua propriedade colocados nos locais onde serão executados os serviços.
- 12.01.17.** Observar a legislação que determina obrigações no campo de segurança, higiene e medicina do trabalho.
- 12.01.18.** Responsabilizar-se quanto ao uso obrigatório e correto, pelos funcionários, dos equipamentos de proteção individual, de acordo com as Normas dos Serviços de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.
- 12.01.19.** Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da CONTRATADA, referentes ao objeto deste contrato, para os servidores da União, do CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 12.01.20.** Fornecer placa de identificação do local dos serviços, quando aplicável, seguindo orientações do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

13.01. Constituem direitos do CONTRATANTE:

13.01.01. Fazer alterações no projeto que impliquem na redução ou aumento do volume dos serviços, baseando-se, para tanto, na relação dos preços unitários básicos e em quantidades levantadas pela fiscalização que poderão resultar até um total de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual dos serviços.

13.01.02. Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços mediante pagamento único exclusivo dos trabalhos já executados, e a aquisição por ajuste entre as partes interessadas, dos serviços já executados nas hipóteses autorizadas por lei.

13.02. Constituem responsabilidades do CONTRATANTE:

13.02.01. Efetuar os pagamentos conforme estabelecido na cláusula décima;

13.02.02. Manifestar-se por escrito sobre relatórios e demais elementos fornecidos pela CONTRATADA, bem como solicitar da mesma forma as providências complementares que julgar necessárias à correção e revisão dos serviços;

13.02.03. Indicar um responsável para o acompanhamento dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.01. Os preços contratados são fixos e irremovíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

15.01. A **CONTRATADA** apresentou, na data de ____ de _____ de _____, comprovação de garantia, na modalidade _____, no valor de R\$ _____, correspondente a 3%(três por cento) do valor contratado, para a garantia do perfeito cumprimento do presente.

15.02. A garantia prestada perdurará durante toda a contratação.

15.03. A garantia prestada poderá ser substituída mediante requerimento da **CONTRATADA**, respeitadas as



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

15.04. A devolução da garantia à **CONTRATADA, quando aplicável, dar-se-á** após o integral cumprimento do contrato e a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, relativa à execução dos serviços, objeto deste contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.01. Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação em vigor, pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do presente contrato, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município, bem como, a retenção dos pagamentos devidos, caso esteja em situação de mora salarial, nos termos do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a CONTRATANTE e o Ministério Público do Trabalho (Inquérito nº 000647.2013.15.003/7-51).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.01. Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos para dirimirem-se eventuais controvérsias oriundas deste contrato, em detrimento de outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e acordadas, assinam o Contrato as partes através de seus representantes já qualificados no Preâmbulo, na presença das três testemunhas abaixo arroladas, em 3 (três) vias de igual teor e efeito.

São Carlos, ____ de _____ de 2020.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa _____, com sede na _____, na cidade de _____, declara sob as penalidades cabíveis:

- que todas as informações documentais e técnicas fornecidas são verdadeiras;
- que recebeu todas as informações necessárias para participar do certame e concorda com o termos do Edital;
- que não está impedida de licitar com o Poder Público por ter sido apenada com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontram pendentes ou sem que tenha sido reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser expressão da verdade.

Cidade _____, aos ____ de _____ de 2020.

Assinatura do responsável



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO III - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa _____, com sede na _____, na cidade de _____, assume sob as penalidades cabíveis o presente Termo de Compromisso para prestar o serviço objeto da Tomada de Preços nº 05/2020.

Por ser expressão da verdade.

Cidade _____, aos ____ de _____ de 2020.

Assinatura do responsável



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

São Carlos, ____ de _____ de 2020.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

TOMADA DE PREÇOS n° 05/2020.

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO OU VISITA TÉCNICA

(EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, e inscrição estadual XXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO), neste ato representada por (NOME), profissão, portador do RG XXXXXXXX, do CPF n.º XXXXXXXX, vem em atenção ao edital da Tomada de Preços n.º 05/2020, declarar que:

() possui pleno conhecimento do objeto ao licitado e que não constatou erros, omissões ou discrepância com relação as peças que compõem o edital.

ou

() efetuou prévia visita ao local onde será realizado o serviço e que não constatou erros, omissões ou discrepância com relação as peças que compõem o edital.

Atenciosamente,

REPRESENTANTE DA EMPRESA CREDENCIADO

OBS: A visita técnica é opcional, mas se for realizada, este documento deve ser vistado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO V – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

São Carlos, XX de XXXXXXXX de 2020.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2020.

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, fica credenciado o/a Sr. (a) (NOME), portador do RG XXXXXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXXXXX, para representar a empresa (EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXX, na visita técnica referente à Tomada de Preços n.º 05/2020 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS.

Atenciosamente,

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

OBS: A visita técnica é opcional, mas se for realizada, este documento deve ser preenchido e apresentado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, vistado e entregue junto com os demais documentos de habilitação.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

São Carlos, ____ de _____ de 2020.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

TOMADA DE PREÇOS nº 05/2020.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, e Inscrição Estadual _____, situada na _____ (endereço completo), neste ato representada pelo seu _____ (representante legal / sócio / procurador), o(a) Sr.(a) _____ (nome), portador do RG _____ e CPF _____, em atenção ao edital do Processo Licitatório supra mencionado, **DECLARA**, sob as penalidades cabíveis (art. 299 do Código Penal), sua condição de _____ (declarar se é Microempresa **OU** Empresa de Pequeno Porte), nos termos da Lei Complementar 123/2006, encontrando-se legalmente apta a exercer os benefícios de que trata o Capítulo V, tendo receita bruta compatível com o que preconizam os incisos I e II do artigo 3º e não incidindo em nenhum dos impedimentos de que trata o § 4º do mesmo artigo.

Atenciosamente,

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VII – MEMORIAL DESCRITIVO

Termo de Referência para a contratação de projeto para requalificação do Plano Municipal de Arborização Urbana do município de São Carlos – SP

Apresentação

A importância da arborização nas áreas urbanas é bastante reconhecida devido a seus múltiplos benefícios ambientais, como a redução das ilhas de calor, da poeira e da poluição sonora, atuar na atração da avifauna, além de proporcionar melhor qualidade de vida para a população e valorizar o cenário local.

Apesar dessas vantagens, se desprovidas do manejo adequado, muitas vezes as árvores podem causar inúmeros problemas, como, por exemplo, queda frequente de galhos, servir de abrigo de algumas “pragas urbanas” e até apresentar risco de queda podendo causar danos às pessoas e ao patrimônio. Podem também ser obstáculos à mobilidade e prejudicar a paisagem, em vez de valorizá-la, quando recebem um manejo inadequado que afete as suas qualidades estéticas.

Considerando que os indivíduos arbóreos existentes nas áreas públicas das cidades são de propriedade comum, e que se enquadram como um serviço de infraestrutura pública, cabe à municipalidade zelar pela sua integridade e sanidade e o correto oferecimento desse serviço. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de São Carlos demanda contratar um projeto de requalificação do Plano de Arborização Urbana do município, que atualmente existe precariamente através do Decreto Municipal nº 216/2009, com o objetivo de estabelecer (no formato de proposta de Lei Municipal) com maior clareza e contemplando as particularidades do município, normas técnicas e requisitos para a implantação, remoção, compensação e manutenção e fiscalização do patrimônio arbóreo da cidade, além apresentar levantamento da situação atual desta arborização (diagnóstico) e estabelecer metas para a sua melhoria, quantitativa e qualitativamente.

Objetivo

Atender às demandas da população e dos órgãos públicos para a adequada implantação e manejo da vegetação arbórea, estabelecendo inclusive diretrizes e metas que permitam o melhor planejamento por parte do órgão público municipal, fomentando melhorias no fornecimento dos serviços relativos a arborização urbana.

Objeto da contratação

O presente Termo de Referência tem como objeto estabelecer as diretrizes mínimas para a contratação de projeto de requalificação do Plano Municipal de Arborização Urbana do município de São Carlos. O projeto a ser apresentado deverá abranger uma área estimada de aproximadamente 85 km² (área urbana do município), contemplando os levantamentos necessários para a sua consecução e fornecendo diagnóstico da situação atual e as recomendações técnicas para implantação e manejo da vegetação arbórea na zona urbana. Além disso, deverá estabelecer as bases para a participação comunitária no processo, além de propor uma revisão da legislação referente ao assunto em vigor no município, visando a sua atualização, adequação e complementação.

O Plano Municipal de Arborização Urbana deverá ser um documento complementar e consonante com Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município e demais legislações correlatas, sendo uma exigência do Estatuto da Cidade, aprovado pela Lei 10.257, de 10 de julho de 2001.

Descritivo a estrutura mínima a ser contemplada no objeto a ser contratado

Apresentam-se, a seguir, de forma sequencial e detalhada, os itens a serem contemplados no projeto de requalificação do Plano Municipal de Arborização Urbana:

Introdução:



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

Histórico da arborização no município, descrevendo suas principais características e evolução ao longo do tempo até os dias atuais, de forma a identificar os valores culturais da população em relação às árvores urbanas.

Importância da arborização para o município, bem como os aspectos positivos decorrentes de sua implantação e manejo.

Objetivos de um Plano Municipal de Arborização Urbana (gerais e específicos) e benefícios esperados com a sua elaboração e implantação.

Caracterização do Município

Localização geográfica e acessos;

Altitude;

Unidade fitogeográfica (aspectos da vegetação regional);

Características edafoclimáticas;

População urbana e rural;

Caracterização socioeconômica;

Análise da malha urbana municipal, descrição das principais áreas verdes e a extensão do sistema viário pavimentado e projeções futuras (locais potenciais para a arborização das ruas).

Diretrizes do zoneamento e de uso e ocupação do solo urbano.

Diagnóstico da atual arborização urbana de São Carlos em plataforma georreferenciada

Elaboração de inventário da vegetação arbórea existente na malha urbana do município (aproximadamente 85 km²), por meio da interpretação e extração das informações de imagem de satélite, a ser fornecida pela contratada e posteriormente cedida à contratante, com cena recente (2018), com alta resolução espacial (máximo de 50cm) e em quatro bandas multiespectrais.

Para tanto, a empresa contratada deverá realizar as seguintes atividades:

Correção geométrica da imagem de satélite, ajustando sua posição ao sistema geodésico, conforme o mapeamento urbano existente no município, a ser fornecido pela Prefeitura;

Extração da malha urbana do município de São Carlos, em uma área aproximada de 85 km²;

Elaboração de mapas temáticos da cobertura arbórea da região objeto de estudo, apoiada na imagem aérea fornecida pela contratada, identificando: o número estimado de árvores nas ruas, avenidas e rotatórias; a cobertura arbórea (em m²); e a determinação e classificação das árvores nos espaços urbanos (sistema viário, parques, praças, equipamentos urbanos, áreas particulares e áreas legalmente protegidas).

A apresentação dessas “camadas” de dados deverá ser realizada com base nas imagens. A estruturação da base de dados espaciais, tabela de atributos requerida e preenchimento de metadados será estruturada no formato ESRI File compatível com os SIGs existentes no mercado.

A escala de apresentação da base de dados será de 1:10.000, no entanto, a visualização no processo de criação da base cartográfica deverá ser apresentada em uma escala adequada para permitir o melhor detalhamento da informação.

A precisão cartográfica dos mapas deverá ser compatível com a precisão espacial da base de geodésica.

Com a base de dados espaciais da cobertura arbórea do município, extraída da imagem fornecida pela contratada, os técnicos municipais deverão ter a opção de realizar cruzamentos de informações com eventuais mapas disponíveis na Prefeitura, tais como: mapas de uso e ocupação do solo, hidrografia, áreas protegidas, rede elétrica, sistema viário e equipamentos públicos, entre outros.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

Validação do inventário da vegetação arbórea, por meio de metodologia estatística específica, a ser proposta no trabalho, de maneira a certificar que a interpretação das imagens aéreas seja representativa da situação real existente no campo. Durante a etapa de validação da acurácia deverão ser coletadas, em visitas de campo, as seguintes informações nas parcelas de amostragens estabelecidas pelo delineamento estatístico:

Espécies exóticas invasoras;

Espécies predominantes;

Arborização composta por uma única espécie (baixa diversidade);

Práticas inadequadas de manejo (podas inadequadas/drásticas, presença de pragas etc.);

Caracterização dos canteiros (tamanho, estado, existência de área permeável suficiente, etc.);

Estrutura das redes aéreas;

Mobilidade de pedestres (calçadas);

Outras recomendações específicas solicitadas pela Prefeitura (Secretaria de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação).

A ilustração dos principais pontos críticos relativos à arborização urbana na área objeto de estudo deverá ser feita por meio de registros fotográficos, representação em plantas, mapas e desenhos e também indicadas no banco de dados georreferenciado da plataforma SIG.

Prognóstico da Arborização Urbana

O projeto de requalificação do Plano de Arborização Urbana deverá levar em conta as seguintes questões: o que, como, onde e quando plantar. Será preciso considerar fatores básicos como: condições locais de solo e microclima, espaço físico disponível e características botânicas das espécies a utilizar no plantio, entre outras. O estudo deverá respeitar os valores culturais, históricos e ambientais da cidade.

Deverá, ainda, proporcionar conforto para as moradias, sombreamento, abrigo e alimento para a fauna, contribuir para a biodiversidade, permitir a permeabilidade do solo, colaborar com a diminuição dos índices de poluição e proporcionar melhoria das condições do ambiente urbano como um todo.

O prognóstico a ser efetuado deverá considerar o que se segue.

Critérios para a escolha de espécies para arborização urbana

A seleção de árvores para compor a arborização do sistema viário deverá considerar as características das espécies, tais como: velocidade de crescimento, porte adulto, tipo de copa (formato, densidade e hábito), floração, frutificação, raízes, resistência a pragas, doenças e poluição, ausência de princípios tóxicos, adaptabilidade, sobrevivência e desenvolvimento no local de plantio (devido às características do solo, por exemplo), tolerância à podas, bem como necessidade de manutenção. Ainda devem ser avaliadas as restrições de uso das espécies em relação ao espaço físico tridimensional disponível para o plantio.

É importante também analisar a vegetação existente na região, procurando utilizar espécies nativas que normalmente apresentam crescimento e vigor satisfatórios nas condições ambientais do município.

As espécies nesse item elencadas deverão ser apresentadas em formato de tabela contendo suas características básicas (porte, época de florada, cor da flor, tipo de fruto, indicação de uso, etc.) a fim de permitir o uso em material de orientação para plantios a ser executado pela Prefeitura futuramente.

Definição dos locais de plantio

Os locais de plantio deverão ser adequados ao porte das árvores (altura e diâmetro da copa) e à largura das ruas e passeios. É preciso também considerar a posição das redes aéreas e subterrâneas de serviços (sistema elétrico, abastecimento de água, esgotos, gás, etc.), bem como o recuo das



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

construções e os equipamentos públicos para definir o porte adequado das espécies e a sua posição de plantio.

É preciso estabelecer áreas permeáveis na base das árvores, proporcionais ao seu porte. As recomendações relativas às suas dimensões devem ser apresentadas de acordo com as características das ruas do município. O espaçamento de plantio deverá contemplar as dimensões das árvores (de pequeno, médio e grande porte) quando adultas.

As áreas prioritárias de plantio, acompanhadas da relação das espécies arbóreas indicadas, deverão ser apresentadas em tabelas e mapas temáticos.

Implantação da Arborização Urbana

O projeto deverá contemplar uma proposta para a execução do plantio das árvores considerando o que segue:

Características específicas das mudas: porte, DAP, formato (fuste), tipo de embalagem, entre outros padrões de qualidade mínimos, que poderão ser adquiridas ou produzidas pela Prefeitura para o plantio ao longo do sistema viário;

Normas técnicas e operacionais de plantio: com a descrição das atividades de campo, tais como locação; dimensionamento; abertura e preparo das covas, incluindo correção do solo e adubações minerais e orgânicas; plantio propriamente dito; tutoramento e proteção; irrigação; condução das mudas pós-plantio até a sua consolidação.

Manutenção da Arborização do Sistema Viário

A proposta deverá conter informações relativas a:

Poda de árvores: descrição dos diversos tipos de podas e as situações para a sua execução, bem como a legislação pertinente a ser observada nesse trabalho (NBR 16246-1/2013). Deverá conter ainda a indicação da destinação adequada dos resíduos provenientes das operações;

Remoção e substituição de árvores: apresentação dos critérios para remoção de árvores, bem como as normas e requisitos para a solicitação de autorização junto ao órgão ambiental responsável pelo licenciamento. O projeto deverá conter proposta de normas para o cálculo das compensações ambientais (revisão da Resolução COMDEMA n° 01/2012);

Outras práticas aplicáveis: descrição de outras atividades utilizadas na manutenção de árvores urbanas, tais como: adubação de restituição, podas de raízes, técnicas restauradoras em árvores e tratamentos curativos ou preventivos contra doenças e pragas.

Monitoramento das árvores urbanas

O projeto de requalificação do Plano deverá descrever os procedimentos destinados a acompanhar o desenvolvimento das árvores existentes e das mudas plantadas, observando-se e registrando-se aspectos relacionados ao estado geral das árvores e todas as alterações ocorridas ao longo do tempo, a fim de corrigir eventuais falhas e atualizar as informações quali-quantitativas obtidas no monitoramento.

As informações relativas à arborização urbana do município deverão ser organizadas e armazenadas em um banco de dados, a ser modelado especialmente para atender às demandas da Prefeitura.

Gestão da Arborização Urbana

Deverá ser apresentado um modelo de estrutura administrativa, técnica e operacional mínimas, indicando as áreas e os profissionais responsáveis pela execução de todas as etapas previstas para a implantação do projeto de requalificação do Plano de Arborização Urbana (planejamento, implantação, manejo, fiscalização, etc.), observando as interfaces com os outros setores da administração municipal.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

O sistema de gestão a ser proposto deverá estar preparado para a sua futura informatização, de forma a assegurar maior eficiência aos trabalhos relacionados com a arborização urbana.

Programas complementares

O projeto deverá contemplar ainda a apresentação de propostas para:

Implantação/requalificação de viveiro municipal para a produção de mudas: incluindo, definição do sortimento e do processo de produção (fluxograma); dimensionamento; instalações; máquinas e equipamentos; materiais e insumos; recursos humanos necessários;

Desenvolvimento de Programa de conscientização ambiental: com o objetivo de obter a participação efetiva da população nas atividades de arborização urbana. Para tanto, deverá ser apresentado modelos de cartilhas e outros materiais educacionais, amplamente ilustrados, em linguagem de fácil compreensão, destacando a importância e os benefícios da arborização urbana para melhor qualidade de vida no município, instruções para a escolha correta da espécie e local, orientando como deve dar-se o plantio e manutenção do exemplar arbóreo. Salienta-se a necessidade de conter orientações sobre os tipos de podas permitidas, suas características e formas corretas de execução;

Desenvolvimento de Programa de treinamento e capacitação do pessoal: por meio de palestras, seminários e encontros de campo, destinadas a transferir conhecimentos específicos a todos os colaboradores envolvidos nas atividades de arborização urbana, buscando a sua maior eficiência e qualidade, além da melhoria do atendimento às demandas da população;

Minuta Lei para Arborização Urbana: apresentação de proposta de nova legislação para disciplinar Arborização Urbana a ser adotada para o município, contemplando seu planejamento, implantação, manejo, conservação, fiscalização, procedimentos para pedidos de supressão/autorizações, cálculo de compensações, entre outras atividades pertinentes;

Colaboração para atendimento das diretrizes do Programa Município Verde Azul relativas a arborização urbana: deverá ser oferecido apoio/colaboração no atendimento das diretrizes do programa relativas à arborização urbana no que couber, fornecendo as informações levantadas no formato adequado a ser solicitado pela equipe encarregada da Prefeitura.

Cronograma de implantação

Deverá ser apresentado um cronograma, detalhando da implantação do projeto do Plano requalificado de Arborização Urbana do município, no qual deverão constar todas as etapas, prazos e responsáveis (Secretarias/Departamentos/Divisões) por colocar em prática cada um dos itens previstos no planejamento proposto.

Produtos entregáveis

Mapa de classificação e distribuição da vegetação na malha urbana e relatório técnico fundamentado de diagnóstico da situação atual da arborização no município;

Mapas temáticos de sobreposição (bases fornecidas pela Prefeitura Municipal de São Carlos) com equipamento urbanos, solos, vias, etc.;

Programa de enriquecimento, com indicação das áreas prioritárias para o plantio de árvores em área urbana;

Lista detalhada de espécies vegetais de porte arbóreo, recomendadas para o plantio no município de São Carlos -SP, indicando as suas características botânicas;

Manual de manejo da vegetação em área urbana, incluindo (técnicas de podas, desbastes, combate de



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

pragas e demais orientações agronômicas);

Programa de educação ambiental acompanhado de cartilha educativa (boneco);

Plano de produção vegetal observando a requalificação do viveiro municipal;

Programa de valorização e destinação de resíduos de podas;

Minuta de legislação municipal;

Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Todos os produtos deverão ser entregues em formato físico e digital, contendo imagens em alta resolução para futura reprodução no que couber.

Da Entrega e Pagamentos

Prazo total para a entrega do projeto com todos os produtos entregáveis: 05 meses (cento e cinquenta dias).

O pagamento será realizado por liberação de parcelas (em percentuais) do preço total conforme ocorrer a entrega dos seguintes produtos:

10% por ocasião da apresentação do plano de trabalho pela empresa contratada;

10% por ocasião da caracterização do município (histórico e situação da estrutura administrativa e operacional encontrada);

35% por ocasião da apresentação do diagnóstico da arborização, incluindo mapas de distribuição das árvores apoiados em imagens de satélites;

30% por ocasião do prognóstico com as recomendações e técnicas a serem adotadas para implementação e manejo da arborização, incluindo preparo do sistema de gestão para sua informatização;

15% contra entrega dos programas complementares (educação ambiental, treinamento e capacitação do pessoal e revisão da legislação pertinente – minuta de lei).

Dessa forma, poderá ser adotado o seguinte cronograma:

Produtos	Mês					Porcentual de pagamento
	1	2	3	4	5	
Produto 1 - Plano de trabalho	X					10
Produto 2 - Caracterização do município	X	X				10
Produto 3 - Diagnóstico da situação da arborização	X	X	X			35
Produto 4 - Prognóstico		X	X	X		30
Produto 5 - Programas complementares e Minuta da legislação			X	X	X	15

Os produtos somente deverão ser pagos mediante aprovação dos técnicos municipais, que poderão ter um prazo de até 07 (sete) dias úteis para sua análise.

No caso de qualquer produto não atender os requisitos estabelecidos no edital, este deverá ser requalificado sem nenhum custo adicional à Prefeitura e novamente avaliado pela equipe designada pelo órgão competente até que se chegue à conformidade do “entregue com o contratado”.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO IX – PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO

Objeto	Média
Projeto para qualificação do Plano Municipal de Arborização Urbana	340.493,33



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO IX – ANEXOS DO TCE (em atendimento à Instrução nº 02/2016)

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome e cargo: Airton Garcia Ferreira – Prefeito Municipal

CPF: 209.770.008-00

RG: 4.332.512-9

Telefone(s): (16) 3362-1025

Endereço residencial completo: Rua Antonio Rodrigues Cajado, 2067 – V. Elizabeth – São Carlos

E-mail institucional: airton.garcia@saocarlos.sp.gov.br

E-mail pessoal: airtongarciaferreira@gmail.com

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO LC-02 - CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATADA:

CONTRATO Nº(DE ORIGEM):

OBJETO:

Nome	
Cargo	
RG nº	
CPF nº	
Endereço (*)	
Telefone	
E-mail Institucional	
E-mail pessoal (*)	

(*) Não deve ser o endereço/e-mail do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço/e-mail onde poderá ser encontrado(a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	Iandra Corsini José
Cargo	Contadora
Endereço Comercial do Órgão/Setor	Rua Episcopal, 1.575 – 1º andar – Centro – São Carlos
Telefone e Fax	(16) 3362-1187
E-mail Institucional	iandra.jose@saocarlos.sp.gov.br

LOCAL e DATA: São Carlos, de de 2020

RESPONSÁVEL:

e-mail: airtongarciaferreira@gmail.com

Airton Garcia Ferreira
Prefeito Municipal

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO LC-03 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CNPJ Nº: **45.358.249/0001-01**

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

RESPONSÁVEL:

e-mail: airtongarciaferreira@gmail.com

Airton Garcia Ferreira

Prefeito Municipal

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.



Prefeitura Municipal de São Carlos

“São Carlos – Capital da Tecnologia”

Departamento de Procedimentos Licitatórios

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO X – MINUTA DE ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N.º ____ / 2020

TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2020

Contrato N.º ____ / 2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12956/2019

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação

EMPENHO N.º _____

EMPRESA: _____.

Autorizamos o início do serviço de: _____.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

01. É de responsabilidade da CONTRATADA, substituir qualquer serviço impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação. É de responsabilidade da empresa o atendimento imediato para que não haja prejuízo para CONTRATANTE.
02. Os serviços não aprovados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação em hipótese alguma servirão de pretexto para que a empresa suspenda a prestação dos serviços.
03. Após a aprovação dos serviços pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação a empresa emitirá a fatura/nota fiscal.
04. O pagamento devido pela Prefeitura será efetuado até 30 (trinta) dias subsequentes a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo requisitante.
05. Nas notas fiscais emitidas deverão constar o número desta licitação e do contrato, obrigatoriamente.

São Carlos, ____ de ____ de 2020.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação